Comissões de trabalho ainda vazias

MARCIA LAGE
Da Editoria de Cidade

“Isso aqui está um massacre”, desabafou na última quinta-feira o deputado Fernando Santana, (PMDB-BA), presidente da Comissão Especial da Reforma Agrária, ao conceder licença a um deputado para se ausentar do debate que estava havendo com o presidente do In-cra, porque precisava estar em outra comissão.

Depois que o corte do jeton foi posto em prática a partir de segunda-feira os deputados passaram a correr entre o plenário e as comissões permanentes, registrando um comparecimento inédito nos trabalhos desenvolvidos no anexo II da Câmara, desde o primeiro semestre deste ano.

Mesmo assim, a maior parte das poltronas das salas das comissões permanecem vazia embora tenha havido quórum para a aprovação de vários projetos encalhados desde o início dos trabalhos.

Não faltou o artifício da assinatura do ponto e desaparecimento do parlamentar, com detalhes constrangedores como o ocorrido na Comissão de Relações Exteriores, também na manhã de quinta-feira, quando o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, deputado Rex Nazaré Alves, disertava sobre as salvaguardas internacionais.

Essa comissão, que tem 63 membros, realiza os trabalhos com a presença de apenas seis deputados, quando à porta apareceu um outro, todo empertigado em seu terno branco, e gritou: “Presidente, me desculpe, mas vou à Comissão de Reforma Agrária”, interrompendo Alex Nazaré em plena fala. O presidente da Comissão de Relações Exteriores, Francisco Benjamim, respondeu com um “excia. estamos em trabalho”.

Das 20 comissões permanentes da Câmara, quatro delas têm trabalhos pendentes para mais de um período parlamentar, como é o caso da Comissão de Constituição e Justiça, com 1.122 projetos a serem relatados; da Comissão de Trabalho e Legislação Social, com 868, da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, com 306, e da Comissão de Finanças, com 164.

A Comissão de Trabalho e Legislação Social conseguiu reunir-se pouquíssimas vezes este ano, e o número de projetos pendentes não deve ter-se reduzido na semana passada, embora ela tivesse trabalhado na quarta e quinta-feiras. Na quarta-feira, esteve lá o presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais, José Waister, e, dos 23 deputados titulares, 12 compareceram.

Na quinta-feira, a comissão voltou a se reunir para votar projetos de lei. Ela foi subdividida em duas comissões, para que houvesse quórum, e deveriam ter comparecido no mínimo seis deputados, ou seja: metade mais um dos titulares, sendo 12 cada subcomissão. Compareceram apenas cinco.

Vinte e um projetos de lei foram relatados na Comissão de Constituição e Justiça na quarta-feira, que contou com a presença em plenário de uma média de 10 deputados. Mas 27 assinaram o ponto. A Comissão de Finanças só conseguiu reunir seis deputados e a de Economia suspendeu seus trabalhos. Segundo a Secretaria, por causa das obras que ali se realizam. Mas no dia seguinte houve um debate lá com o coordenador do grupo de trabalho para a cessação de liquidação extrajudicial do Banco Central, José Tupi Caldas de Moura, e as obras não atrapalham o comparecimento de algumas pessoas. Mas dos 22 deputados da comissão, apenas seis estavam presentes.